

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013

Nota 1 - Contexto operacional

Autarquia do Município de Caxias do Sul, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, foi criado pela Lei Municipal n.º 1.474, de 05 de janeiro de 1966, e tem como missão garantir, de forma permanente, água de qualidade e saneamento para Caxias do Sul. A Sede Administrativa, está situada à Rua Pinheiro Machado, 1615, no Centro de Caxias do Sul e o Órgão da Administração Indireta está inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/201 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal n.º 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores, portanto, os créditos em circulação referem-se a valores de receita tributária e não tributária, gerados em 2013, porém com vencimento no exercício de 2014. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

Ativo e Passivo

Superávit financeiro: o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 29.241.334,70 (vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta centavos), é composto pelas seguintes destinações legais, aqui denominadas recursos vinculados:

Código	Recursos Vinculados	Disponibilidade	Obrigações Restos a Pagar	Superávit Financeiro
	Descrição			
0001	Recurso Livre	161.114,73	19.715,94	141.398,79
0400	Recurso Livre Indiretas*	39.844.085,52	11.406.700,50	28.437.385,02
1134	Operação de Crédito - CEF - Abastecimento de Água	1.513,70	0,00	1.513,70
1185	Operação de Crédito - P.G.A.F. TEGA 2ª Etapa	648.509,71	0,00	648.509,71
7011	FMRH - Fundo Municipal de Recursos Hídricos	12.520,08	0,00	12.520,08
Total Orçamentário		40.667.743,74	11.426.416,44	29.241.327,30
Código	Recursos Vinculados	Disponibilidade	Obrigações Restos a Pagar	Superávit Financeiro
	Descrição			
8400	Recurso Livre - Extraorçamentário	1.276.632,98	1.276.632,98	0,00
Total Extraorçamentário		1.276.632,98	1.276.632,98	0,00
Total Geral		41.944.376,72	12.703.049,42	29.241.327,30

*Foi incluído na disponibilidade do vínculo 0400 - Recurso Livre - Administração Indireta o valor de R\$ 50.671,32, referente aos créditos financeiros a receber, uma vez que compõe o resultado financeiro apurado ao final do exercício. - Fonte: Balanço Patrimonial – Exercício 2013 – Anexo 11 – Lei 4.320/64

Dívida Ativa

Segundo preconizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o montante inscrito no curto prazo foi registrado, tendo por base, o fluxo histórico de recebimentos, e expresso pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. As Provisões para Perdas da Dívida Ativa foram constituídas tendo por metodologia o histórico de recebimentos passados, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Volume III, aprovado pela Portaria STN n.º 664, de 30 de novembro de 2010.

Dívida Ativa – Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia de cálculo sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Utilizou-se, então, os seguintes parâmetros:

Saldos da Dívida Ativa Tributária (Principal, Juros e Multas):				
Arrecadado 2010 R\$	Arrecadado 2011 R\$	Arrecadado 2012 R\$	Total R\$	Média Anual R\$
369.704,63	603.792,40	408.766,52	1.382.263,55	13.696.057,28

Saldos da Dívida Ativa Não-Tributária (Principal, Juros e Multas):				
Arrecadado 2010 R\$	Arrecadado 2011 R\$	Arrecadado 2012 R\$	Total R\$	Média Anual R\$
1.267.610,86	1.546.248,99	3.446.194,39	6.260.054,24	1.609.340,07

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste o valor recuperável a técnica sugerida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, baseada no Histórico de Recebimentos Passados, a seguir apresentada, em 4 passos:

1º passo: constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais (considerando o principal, multas e juros, excluindo os cancelamentos e baixas) ao longo dos últimos três exercícios, demonstrados no quadro seguinte:

Histórico de Recebimentos Passados	2010	2011	2012
(a) Soma dos Saldos da Dívida Ativa (total)	143.373.517,96	149.250.609,32	169.934.254,28
(b) Média mensal dos saldos (a/12)	11.947.793,16	12.437.550,78	14.161.187,86
(c) Soma da arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	1.637.315,49	2.150.041,39	3.854.960,91
(d) Média mensal dos recebimentos (c/12)	136.442,96	179.170,12	321.246,74
(e) Média ponderada de recebimentos (d/b*100)%	1,14%	1,44%	2,27%

2º passo: calculou-se a média percentual de recebimentos, ou seja, o êxito médio na arrecadação, nos seguintes termos:
 $(1,14\% + 1,44\% + 2,27\%) / 3 = \mathbf{1,62\%}$

3º passo: obteve-se o percentual de frustração, como segue: $100\% - 1,62\%$ (percentual obtido no 2º passo) = 98,38%

4º passo: evidenciação do montante recuperável, ao final do exercício:

1 - Saldo global da conta dívida ativa (tributária e não-tributária)	21.913.569,50
2 - Índice da Provisão	98,38
3 - Valor da provisão para perdas da dívida ativa (1 x 2)	21.558.569,67
4 - Valor do montante recuperável (1-3)	354.999,83

Nota 4 - Superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários

Não ocorreu, no exercício financeiro, reabertura de créditos especiais e extraordinários conforme previsto nos termos do artigo 167 da Constituição Federal.

O superávit financeiro, dos recursos vinculados, foi utilizado na abertura de créditos adicionais dentro de seus limites disponíveis, conforme o seguinte demonstrativo:

Recursos Vinculados		Superávit Financeiro Apurado em 31/12/2012 - R\$	Utilização	Relação Utilização em Créditos Adicionais/ Superávit Financeiro - %
Código	Descrição		Créditos Suplementares e Especiais - R\$	
0001	Recurso Livre	32.904,87	0,00	-
400	Recurso Livre - Indiretas	14.969.828,69	14.638.700,00	97,79%
1134	Operação de Crédito - CEF - Abastecimento de Água	1.463,52	0,00	-
7011	FMRH - Fundo Municipal de Recursos Hídricos	91.312,09	65.626,98	71,87%
TOTAL GERAL		15.095.509,17	14.704.326,98	97,41%

Nota 5 - Depreciação, amortização e exaustão

Não consta registro contábil de mensuração, depreciação, amortização e exaustão de bens. Os bens móveis e imóveis estão registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Os valores destes bens não refletem os valores de mercado, em virtude da não realização da mensuração e inventário geral.

Os ativos imobilizados somente serão submetidos à mensuração, depreciação, amortização ou exaustão após a conclusão das etapas definidas no cronograma de ações, elaborado para atendimento da Portaria STN 828/2011.

Nota 6 - Planos hierarquicamente interligados

Metas programadas

Permitindo a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, a contabilidade demonstra no quadro a seguir, as metas estimadas em relação às respectivas execuções:

PPA- Plano Plurianual, período 2010 - 2013, Lei nº 6.953, de 30 de junho de 2009.

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	VALOR ESTIMADO	EXERCÍCIO								TOTAL EXECUTADO	%	SALDO A EXECUTAR	%
		2010		2011		2012		2013					
		VALOR EXECUTADO	%										
Infraestrutura e Meio Ambiente													
004 - Saneamento para Todos - Água	277.596.510,00	80.552.558,61	29,02%	157.345.900,19	56,68%	115.843.215,73	41,73%	60.450.065,60	21,78%	414.191.740,13	149,21%	-136.595.230,13	-49,21%
005 - Tratamento e Redes de Esgotos Sanitários	57.997.490,00	27.998.019,68	48,27%	37.768.476,46	65,12%	30.079.108,61	51,86%	23.563.696,12	40,63%	119.409.300,87	205,89%	-61.411.810,87	-105,89%
Programas Meio e de Exigência Legal													
116 - Ações de Apoio Administrativo	96.458.200,00	24.306.904,44	25,20%	29.859.920,97	30,96%	32.296.545,21	33,48%	37.248.190,54	38,62%	123.711.561,16	128,25%	-27.253.361,16	-28,25%
000 - Pagamento da Dívida e Outros Encargos Especiais	1.532.000,00	452.603,29	29,54%	398.099,17	25,99%	348.034,23	22,72%	343.154,17	22,40%	1.541.890,86	100,65%	-9.890,86	-0,65%
Total	433.584.200,00	133.762.689,31	30,85%	225.372.396,79	51,98%	178.566.903,78	41,18%	121.605.106,43	28,05%	659.307.096,31	152,06%	-225.722.896,31	-52,06%

Fonte: Anexo 8 - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas

Metas Fiscais

O Demonstrativo de Metas Fiscais, compreendendo o Resultado Primário e Resultado Nominal será apresentado na forma consolidada pelo Órgão 02 - Administração Direta.

Nota 7 - Ajustes decorrentes de erros e omissões

No exercício de 2013, não foram contabilizados valores diretamente nas contas "Ajustes de Exercícios Anteriores".

Nota 8 - Utilização subsidiária de normas nacionais e internacionais

A Autarquia não utilizou subsidiariamente normas nacionais e internacionais.

Nota 9 - Ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito

No exercício de 2013, não houve contabilização de ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito.

Nota 10 - Receitas e despesas intraorçamentárias

Não houve ingressos de receitas intraorçamentárias, no entanto, as despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 8.680.898,60 (oito milhões, seiscentos e oitenta mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) e são resultantes de pagamentos relativos à contribuição patronal e amortização do passivo atuarial – alíquota suplementar, ao FAPS e a contribuição patronal para o atendimento a saúde do servidor ao IPAM Saúde.

Nota 11 - Demonstrativo dos créditos adicionais

O Balanço Orçamentário, no que tange ao detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário), assim como ao montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, e aos valores referentes à abertura de créditos adicionais, é evidenciado nos três quadros seguintes. Cabe salientar, referentemente à composição dos créditos adicionais, que não foi possível o desmembramento da despesa executada (empenhada) em créditos iniciais e suplementares. Desta forma, considerou-se a execução dos créditos iniciais em conjunto com os suplementares.

Composição dos créditos adicionais			
Tipo de Crédito	Total da despesa autorizada por tipo de crédito	Total da despesa executada (empenhada) por tipo de crédito	Execução/ total de autorizações (%)
Inicial e Suplementar	155.869.504,63	121.605.106,53	78,02%
Especial	1.000.000,00	0,00	0,00%
Total	156.869.504,63	121.605.106,53	77,52%

Composição das transferências financeiras orçamentárias

Transferências financeiras recebidas		Transferências financeiras concedidas	
Origem	Montante	Destino	Montante
<u>Contrapartidas</u>	<u>7.773.646,22</u>	<u>Repasse ao IPAM - artigo 62 da Lei 298/2007 - Samae</u>	<u>19.913,15</u>
Sistema Marrecas - v.0001	7.773.646,22	<u>Juros s/Operações de Crédito</u>	<u>15.855.615,18</u>
<u>Operações de Crédito</u>	<u>15.763.571,64</u>	CEF - Pró-saneamento Abastecimento de Água	334.847,52
BANRISUL - P.G.A.F.- ETE Tega - 2ª Etapa - v.1185	1.601.510,76	CEF - Pró-saneamento Esgotamento Sanitário	216.767,32
BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Pinhal - v.1186	3.351.393,86	BANRISUL/BNDES - Pró-saneamento Amb.Esgot.Sanit. - ETE Tega - 1ª Etapa	1.585,61
CAIXA RS - Progr. Saneamento p/Todos - ETE Pena Branca - v. 1176	2.364.967,86	BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Tega - 2ª Etapa	2.431.347,36
BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Pinhal - v.0001	293.644,91	BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Pinhal	1.331.637,37
CAIXA RS - ETE Belo - v. 1203	2.386.794,19	BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Samuara	258.122,02
CAIXA RS - ETE Belo - v. 0001	80.104,27	CAIXA RS - Progr. Saneamento p/Todos - ETE Pena Branca	909.214,99
BNDES - Sistema Marrecas - v.1207	14,57	CAIXA RS - ETE Belo	543.532,72
CPAC - Sistema Marrecas - v.1233	1,90	BNDES - Sistema Marrecas	6.253.251,92
Termo Compromisso Nº 0350814-30/2011-Programa Serv. Urbanos de Água e Esgoto - v.1239	5.685.139,32	CPAC - Sistema Marrecas	3.542.970,67
		BNDES - Sistema Marrecas - v. 7011	22.000,00
		CPAC - Sistema Marrecas - v.7011	10.337,68
		<u>Amortização de Operações de Crédito</u>	<u>18.686.139,59</u>
		CEF - Pró-saneamento Abastecimento de Água	224.232,36
		CEF - Pró-saneamento Esgotamento Sanitário	193.637,15
		BANRISUL/BNDES - Pró-saneamento Amb.Esgot. Sanit. - ETE Tega - 1ª Etapa	183.700,36
		BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Tega - 2ª Etapa	1.583.818,52
		BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Pinhal	873.028,62
		BANRISUL - P.G.A.F. - ETE Samuara	167.762,62
		CAIXA RS - Progr. Saneamento p/Todos - ETE Pena Branca	231.295,66
		CAIXA RS - ETE Belo	140.514,79

Composição das transferências financeiras orçamentárias

Transferências financeiras recebidas		Transferências financeiras concedidas	
Origem	Montante	Destino	Montante
		BNDES - Sistema Marrecas	9.027.744,78
		CPAC - Sistema Marrecas	6.003.340,44
		BNDES - Sistema Marrecas - v. 7011	57.064,29
Total	23.537.217,86	Total	34.561.667,92

Nota 12 - Estoques

Os bens de almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado das saídas, conforme o disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64 e NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

Nota 13 - Ajustes no Balanço Financeiro – Restos a pagar processados e não processados

Restos a Pagar: os pagamentos de Restos a Pagar lançados no Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei 4.320/64) diferem dos valores constantes no Balancete de Verificação Contábil. Tais diferenças referem-se ao lançamento contábil de transferência de Empenhos a Processar para Empenhos Processados, pela liquidação de Restos a Pagar realizada no exercício. A seguir são demonstrados os valores expurgados no Balanço Financeiro.

Restos a Pagar 2009:

Empenhos Processados – No Balancete de Verificação no movimento a débito da conta de Restos a Pagar Processados 2009, consta o valor de R\$ 1.276,55, sendo que R\$ 472,90 refere-se ao pagamento de restos a pagar liquidados e R\$ 803,65 refere-se ao pagamento de empenhos a processar liquidados no exercício. Na mesma conta, no movimento a crédito, consta o valor de R\$ 803,65, referente ao lançamento de transferência de empenhos a processar, pela liquidação realizada no exercício, para empenhos processados.

Restos a Pagar 2010:

Empenhos Processados – No Balancete de Verificação no movimento a débito da conta de Restos a Pagar Processados 2010, consta o valor de R\$ 2.213,70, sendo que se refere ao pagamento de empenhos a processar liquidados no exercício. Na mesma conta, no movimento a crédito, consta o valor de R\$ 2.213,70, referente ao lançamento de transferência de empenhos a processar, pela liquidação realizada no exercício, para empenhos processados.

Restos a Pagar 2011:

Empenhos Processados – No Balancete de Verificação no movimento a débito das contas de Restos a Pagar Processados 2011, consta o valor de R\$ 152.229,62, sendo que R\$ 1.964,27 refere-se ao pagamento de restos a pagar liquidados e R\$ 150.265,35 refere-se ao pagamento de empenhos a processar liquidados no exercício. No movimento a crédito das referidas contas consta o valor de R\$ 150.165,35, referente ao lançamento de transferência de empenhos a processar, pela liquidação realizada no exercício, para empenhos processados.

Restos a Pagar 2012:

Empenhos Processados – No Balancete de Verificação no movimento a débito das contas de Restos a Pagar Processados 2012, consta o valor de R\$ 11.272.802,20, sendo que R\$ 2.028.170,62 refere-se ao pagamento de restos a pagar liquidados e R\$ 9.244.631,58 refere-se ao pagamento de empenhos a processar liquidados no exercício. No movimento a crédito das referidas contas consta o valor de R\$ 9.244.631,58, referente ao lançamento de transferência de empenhos a processar, pela liquidação realizada no exercício, para empenhos processados.

Nota 14 - Provisões de férias, 13º e encargos sociais

A provisão para férias é calculada mensalmente a razão de 1/12 (um doze avos) sobre o salário base de cálculo, considerando-se, também, os eventos de atualização e acréscimos legais pertinentes. A provisão para os encargos sociais é calculada sobre a provisão para férias, considerando-se as alíquotas e incidências legais. O saldo de provisão para férias e encargos sociais, constantes do Balanço Patrimonial (Anexo 14 – Lei 4320/64), representa o saldo financeiro as férias vencidas e proporcionais pendentes de pagamento na data de 31/12/2013.

Nota 15 - Consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis desta Autarquia integrarão, para todos os efeitos, as demonstrações contábeis consolidadas do Município de Caxias do Sul.

Viviane Brochetto,
Contadora CRC/RS 69.891.
CPF: 931.183.330-49

Lourenço Benetti,
Diretor Financeiro.
CPF: 911.070.830-87

Bel. Edio Elói Frizzo,
Diretor-Presidente.
CPF: 277.173.300-59